



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA (27ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pela Sra. Vereadora Sonia Regina Rodrigues;
secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano dois mil e vinte e um, realizou-se, na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pela Sra. Vereadora Sonia Regina Rodrigues; secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Vigésima Sétima (27ª) Sessão Ordinária do Primeiro (1º) Ano da Décima Oitava (18ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de outubro de 2021. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106, da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ademir Souza Floretti Junior (01), Alexandre Cintra (02), Cinoê Duzo (03), Dirceu da Silva Paulino (04), Geraldo Vicente Bertanha (05), João Victor Coutinho Gasparini (06), Joelma Franco da Cunha (07), Lúcia Maria Ferreira Tenório (08), Luís Roberto Tavares (09), Luzia Cristina Cortes Nogueira (10), Mara Cristina Choquetta (11), Márcio Evandro Ribeiro (12), Marcos Antônio Franco (13), Marcos Paulo Cegatti (14), Orivaldo Aparecido Magalhães (15), Sonia Regina Rodrigues (16) e Tiago César Costa (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas na Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, a Sra. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único, do Artigo 106, da citada Resolução,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

convidou o Vereador Alexandre Cintra para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Posto isto, a sessão foi suspensa às 18h50, para cumprimento do disposto no Requerimento nº 397/2021, de iniciativa dos Vereadores Mara Cristina Choquetta e Dirceu da Silva Paulino, que convidaram para que adentrasse ao Plenário o atleta mogimiriano Luís Felipe Guarnieri Manara, para que recebesse o diploma de Mérito Mogimiriano por sua participação na Décima Sexta (16º) edição dos Jogos Paraolímpicos, realizado em Tóquio. Após a sessão continuou suspensa, para cumprimento do disposto no Requerimento nº 466/2021, de iniciativa do Vereador Dirceu da Silva Paulino, que convidou para que adentrasse ao Plenário o Secretário Municipal de Cultura, Luís Dalbo, para que prestasse esclarecimentos sobre os desafios da pasta com a retomada das atividades. A sessão foi reaberta às 19h55. Dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", a Sra. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a ata da Vigésima Quinta (25º) e Vigésima Sexta (26º) sessão ordinária, realizadas em 13 e 18 de outubro de 2021, as quais depois de achadas conformes e aprovadas, foram devidamente assinadas pelos Vereadores Sonia Regina Rodrigues e Luís Roberto Tavares, respectivamente, a Presidente e o 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 145, de 2021, de autoria do Vereador Alexandre Cintra, “instituinto a semana de conscientização e combate aos crimes cometidos por meio da internet, conectados ou não a rede de computadores – cybercrime”; (ao exame das Comissões Permanentes). 2. Projeto de Lei nº 146, de 2021, de autoria do Vereador Luís Roberto Tavares, “dando denominação oficial à Rua 01, do loteamento Bornodeia, de rua “Investigador Nivaldo Alves Pereira”; (ao exame das Comissões Permanentes). 3. Projeto de Lei nº 147, de 2021, de autoria da Vereadora Presidente Sonia Regina Rodrigues, “dando denominação oficial à área de lazer localizada na rua “Professor Pila”, no bairro Mraiama 01, de “Canto Bem-te-vi”; (ao exame das Comissões Permanentes). 4. Projeto de Lei



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

nº 148, de 2021, de autoria da Vereadora Presidente Sonia Regina Rodrigues, “dando denominação oficial ao “ParCão”, localizado no teatro de arena, na avenida Luís Gonzaga de Amoedo Campos, de “Carlos Alberto Almeida Correa”; (ao exame das Comissões Permanentes). 5. Projeto de Lei nº 149, de 2021, de autoria dos Vereadores João Victor Coutinho Gasparini, Luís Roberto Tavares e Lúcia Maria Ferreira Tenório, “instituinto o programa “Agenda da Saúde”, no Município de Mogi Mirim, e dá outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes). 6. Balancete da Receita e da Despesa da Câmara Municipal de Mogi Mirim, referente aos meses de julho e agosto de 2021”; (à Comissão de Finanças e Orçamento). Ato contínuo, a Sra. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): Requerimento No 478/2021 - Assunto: Requer informações acerca da assinatura do contrato de financiamento autorizado pela Lei Municipal 6.313/21, através do DesenvolveSP, bem como quais as providências restantes para aquisição dos equipamentos de saúde que serão cedidos para os serviços públicos de saúde da Santa Casa sob intervenção Autoria: JOÃO VICTOR COUTINHO GASPARINI Requerimento No 479/2021 - Assunto: REQUER A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA A SER REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO, ÀS 18H30,(QUARTA-FEIRA) NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL, COM A FINALIDADE DE DISCUSSÃO E DEBATE SOBRE O AEROPORTO MUNICIPAL Autoria: DIRCEU DA SILVA PAULINO Requerimento No 480/2021 - Assunto: REQUEIRO AO EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL, DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA QUE ENVIE A ESTA CASA INFORMAÇÕES SOBRE O ANDAMENTO DO LOTEAMENTO ELZIO MARIOTONI. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES Requerimento No 481/2021 - Assunto: Requer ao Exmo. Prefeito Paulo Silva, por intermédio da secretaria competente, informações cópia de todos os contratos vigentes do transporte da saúde, seja de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

carros baixos ou Micro-ônibus, com a devida prestação de contas, enviando os mapas de GPS, empenhos, notas fiscais e pagamentos, desde janeiro de 2021 até a presente data. Autoria: TIAGO CÉSAR COSTA Requerimento No 482/2021 - Assunto: REQUEIRO A ALTERAÇÃO DA DATA DA 28º SESSÃO ORDINÁRIA PARA O DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2021, APÓS O TÉRMINO DA 29º SESSÃO ORDINÁRIA. Autoria: MARCOS PAULO CEGATTI Requerimento No 483/2021 - Assunto: Requeiro alteração da data da homenagem que seria realizada na sessão do dia 03 de novembro, conforme Requerimento no 447/2021, onde a mesma foi postergada para o dia 08 de novembro de 2021, às 18h30, no Plenário da Câmara Municipal em comemoração ao Aniversário de 270 Anos de Fundação da Igreja Matriz de São José. Autoria: ALEXANDRE CINTRA Requerimento No 484/2021 - Assunto: Requeiro a convocação do 1o sargento Marco Aurélio Denis Zazyki para comparecer à Sessão de Câmara do dia 22 de novembro de 2021 às 18:30 hs para realizar uma explanação do trabalho realizado no Tiro de Guerra 02-023 de Mogi Mirim. Autoria: ALEXANDRE CINTRA Requerimento No 485/2021 - Assunto: REQUEIRO AO EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL, DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA QUE ENVIE A ESTA CASA INFORMAÇÕES SOBRE O ANDAMENTO DAS ORDENS DE SERVIÇO ABERTAS SEM A REALIZAÇÃO DA SUBSTITUIÇÃO DAS LÂMPADAS QUEIMADAS. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Na sequência, a Sra. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: Indicação No 803/2021 - Assunto: Indica-se ao prefeito municipal, por meio da Secretarias responsáveis, a instalação de boca de lobo na Rodovia Luiz Gonzaga de Amoedo Campos, na altura do número 1096, próximo à linha férrea, a fim de que haja escoamento das águas pluviais naquela região. Autoria: LUCIA MARIA FERREIRA TENÓRIO Indicação No 804/2021 - Assunto: Indica-se ao prefeito municipal, por meio da Secretaria de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Obras, que seja feito novo serviço de recape na Avenida Brasil, em todo o trecho que foi danificado em virtude da instalação dos coletores e interceptores de esgoto. Autoria: LUCIA MARIA FERREIRA TENÓRIO Indicação No 805/2021 - Assunto: Indica ao Executivo Municipal, por meio da Secretaria de Serviços Municipais, a retirada de lixo que está acumulado à rua Herbert de Souza, número 42, Linda Chaib. Autoria: LUCIA MARIA FERREIRA TENÓRIO Indicação No 806/2021 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO REFORMA NA CANCHA DE MALHA LOCALIZADA NA PRAÇA PRINCESA ISABEL, NO JARDIM NOSSA SENHORA APARECIDA. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES Indicação No 807/2021 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO REPAROS NA MALHA ASFÁLTICA DA RUA 13 DE JULHO, NA SANTA LUZIA. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES Indicação No 808/2021 - Assunto: Indico ao Exmo Prefeito Municipal, Dr. Paulo de Oliveira e Silva, através da Secretaria competente que, providencie troca de lâmpada de iluminação pública na Rua Tenente José Valpassos Viana em frente ao número 96. Autoria: ALEXANDRE CINTRA Indicação No 809/2021 - Assunto: INDICO AO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA QUE PROVIDENCIE JUNTO À SECRETARIA COMPETENTE QUE SEJA REALIZADA AVALIAÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DE DISPOSITIVO DE DIMINUIÇÃO DE VELOCIDADE NA RUA DANTE VICENTE DANTE, DISTRITO DE MARTIM FRANCISCO. Autoria: MARA CRISTINA CHOQUETTA Indicação No 810/2021 - Assunto: Indico ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal Dr. Paulo de Oliveira e Silva, por meio da Secretaria competente, a imediata substituição das lâmpadas entre a confluência das ruas Júlio Monteiro da Rocha com a Ederaldo Queiroz Telles Junior, entrada para o Jardim Regina e Recanto Di Verona Autoria: JOELMA FRANCO DA CUNHA Indicação No 811/2021 - Assunto: Indico ao Exmo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Sr. Prefeito Municipal Dr. Paulo de Oliveira e Silva, através da Secretaria competente para que estude a possibilidade de denominar à Casa do Artesão com o nome da artista plástica Irene Rodrigues Romanello. A autoria: ALEXANDRE CINTRA Indicação No 812/2021 - Assunto: Indico ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal Dr. Paulo de Oliveira e Silva, por meio da Secretaria competente, procedimento de nebulização considerando a intensa incidência dos pernilongos na Vila Pichatelli A autoria: JOELMA FRANCO DA CUNHA. A seguir, a senhora Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): Moção No 341/2021 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR COM MINUTO DE SILÊNCIO PELO FALECIMENTO DO SENHOR JOSÉ SEGATTI SOBRINHO, OCORRIDO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2021. A autoria: DIRCEU DA SILVA PAULINO Moção No 342/2021 - Assunto: MOÇÃO HONROSA DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS À PREFEITURA MUNICIPAL E AOS IDEALIZADORES DO PROJETO “UMA ESTRELA NO CÉU” SR. MARCOS LEMES E AS SENHORAS ROSANE IMPROTA E TÂNIA TIKA MATSOMORI. A autoria: SONIA REGINA RODRIGUES Moção No 343/2021 - Assunto: MOÇÃO HONROSA DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS AO BOMBEIRO OSKAR ERNST BRINKER, PELOS 33 ANOS DE SERVIÇOS DE EXCELÊNCIA PRESTADOS À POPULAÇÃO MOGIMIRIANA. A autoria: SONIA REGINA RODRIGUES Moção No 344/2021 - Assunto: MOÇÃO HONROSA DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS AO DELEGADO DE POLÍCIA DR. RUBENS LUIZ FONSECA HERMES, PELA CONQUISTA DA MEDALHA DE BRONZE NO CAMPEONATO BRASILEIRO DE JIU-JITSU – FAIXA AZUL MASTER. A autoria: SONIA REGINA RODRIGUES Moção No 345/2021 - Assunto: MOÇÃO HONROSA DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS À POLÍCIA MILITAR DE MOGI MIRIM PELA QUEDA CRIMINALIDADE NO NOSSO MUNICÍPIO NO MÊS DE



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

SETEMBRO. Aatoria: SONIA REGINA RODRIGUES Moção No 346/2021 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR, COM UM MINUTO DE SILÊNCIO PELO FALECIMENTO DO SENHOR JOÃO ANTONIO BARDIALLE, OCORRIDO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2021. Aatoria: ALEXANDRE CINTRA Moção No 347/2021 - Assunto: MOÇÃO HONROSA DE APLAUSOS PARA À AILA, ACADEMIA ITAPIRENSE DE LETRAS E ARTES, AO P.E.N. CLUBE DE ITAPIRA E A COMISSÃO DE ANÁLISE E CRIAÇÃO PELA ORGANIZAÇÃO DA OUTORGA DE CONCESSÃO DA MEDALHA JOAQUIM FIRMINO DE ARAUJO CUNHA, OFICIALIZADA E CADASTRADA NO EXÉRCITO BRASILEIRO, NO ANIVERSÁRIO DE 200 ANOS DE ITAPIRA EM OUTUBRO DE 2021. Aatoria: ALEXANDRE CINTRA Moção No 348/2021 - Assunto: MOÇÃO DE APLAUSOS E CONGRATULAÇÕES AO SENHOR DR. DANIEL DUARTE DA CONCEIÇÃO MIRANDA Aatoria: JOELMA FRANCO DA CUNHA Moção No 349/2021 - Assunto: MOÇÃO DE APLAUSOS E CONGRATULAÇÕES A PASTORA ANA FAGUNDE Aatoria: JOELMA FRANCO DA CUNHA Moção No 350/2021 - Assunto: MOÇÃO HONROSA DE APLAUSOS AO PRESIDENTE DA ACADEMIA DE LETRAS E ARTES DO ESTADO DE SÃO PAULO, FALASP, O ESCRITOR E JORNALISTA, O CONDE THIAGO GALENBECK GAGLIARDI DE MENEZES, PELO PRÉ-LANÇAMENTO OFICIAL DO LIVRO “GALENBECK”, A SAGA DE UMA FAMÍLIA, NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2021 NO CENTRO CULTURAL PROFESSOR LAURO MONTEIRO DE CARVALHO E SILVA DENTRO DAS COMEMORAÇÕES DOS 252 ANOS DE MOGI MIRIM. Aatoria: ALEXANDRE CINTRA Moção No 351/2021 - Assunto: MOÇÃO DE APLAUSOS E CONGRATULAÇÕES AO JOVEM ABNER SIMÃO DE OLIVEIRA QUE É EXEMPLO DE EMPREENDEDOR DO TURISMO Aatoria: JOELMA FRANCO DA CUNHA. A seguir, a Sra. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

CORRESPONDÊNCIA: Ofícios n°s 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, datados de 14, 18 e 19 de outubro de 2021, todos subscritos pelo Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal, *Állan Rodrigues Alves*, respectivamente, respondendo a respeito da Indicação n° 632/2021; Indicação n° 495/2021; Requerimento n° 270/2021; Requerimento n° 398/2021; Requerimento n° 405/2021; Requerimento n° 409/2021; Requerimento n° 352/2021; Indicação n° 753/2021; Indicação n° 629/2021; Requerimento n° 406/2021; Requerimento n° 373/2021; Requerimento n° 386/2021; Requerimento n° 298/2021; Requerimento n° 420/2021; Requerimento n° 279/2021; Indicação n° 696/2021; Requerimento n° 393/2021; Requerimento n° 52/2021; Requerimento n° 414/2021; Requerimento n° 396/2021; Indicação n° 745/2021; Indicação n° 746/2021; Indicação n° 748/2021, desta Edilidade; (arquite-se, após dar ciência aos senhores vereadores interessados). Não havendo mais proposições, ou quaisquer outros documentos, para serem levados ao conhecimento do Plenário, a Sra. Presidente passou ao intervalo regimental, visto não ter havido tem hábil para o uso da palavra no “Expediente”. A Sra. Presidente suspendeu a Sessão às 20h30, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução n° 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos srs. vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa. Fez uso da palavra, Questão de Ordem, o Vereador Tiago César Costa, pois o §2º do Artigo n° 203 dizia que: “ao final de cada sessão legislativa a Mesa faria a consolidação de todas as modificações que fossem feitas no Regimento Interno, bem como dos precedentes regimentais, publicando-os por afixação”, portanto, o vereador solicitou o precedente da sessão anterior sob pena de mais uma nulidade na sessão. A Sra. Presidente indeferiu o pedido do Vereador Tiago César Costa, justificando que quando se tratava de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

sessões legislativas o Artigo nº 04, do Regimento Interno, dispunha que se compreenderia quatro (04) sessões legislativas, com o início de cada uma no dia 01 de janeiro e término no dia 31 de dezembro, de cada exercício, sendo o período de sessões de 01 de fevereiro até 15 de julho, e 01 de agosto até 15 de dezembro. Portanto, a Sra. Presidente informou que a sessão legislativa que o Vereador Tiago César Costa se referia, iria encerrar no dia 15 de dezembro. Antes de submeter a matéria à apreciação do Plenário, a Senhora Presidente deu ciência à Casa, através de sua leitura, do Requerimento nº 486/2021, de autoria do Vereador Tiago César Costa, solicitando, “conforme o que reza o Artigo 156, VI, combinado com os Artigos 113, § 5º, II e 169 do Regimento Interno, o Adiamento, por dez (10) dias, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 121/2017, constante da pauta da “Ordem do Dia”. Fez uso da palavra, Questão de Ordem, o Vereador Tiago César Costa, para requerer, “ex-vi” do disposto no Artigo 155, VI, combinado com o Artigo 183, §2º, do RI, Votação Nominal, para o Requerimento de Adiamento nº 486/2021 do Projeto de Lei nº 121/2021, o que foi submetido a votação, pela Presidente da Câmara, e aprovado, unanimemente, pela Casa. A Sra. Presidente deu início à votação, pelo processo Nominal e, para isso, solicitou ao Sr. 1º Secretário que procedesse a chamada dos Srs. Vereadores, “ex-vi” do disposto no Artigo 183, § 2º, do Regimento Interno, os quais, um a um, dirigiram-se à tribuna e verbalizaram favoravelmente (SIM) ao projeto, ou contrariamente (NÃO) ao projeto. Após o último Vereador, o Sr. 1º Secretário proclamou o seguinte resultado: os Vereadores Cinoê Duzo, Joelma Franco da Cunha e Tiago César Costa votaram SIM; os vereadores Ademir Souza Floretti Junior, Alexandre Cintra, Dirceu da Silva Paulino, Geraldo Vicente Bertanha, João Victor Coutinho Gasparini, Lúcia Maria Ferreira Tenório, Luís Roberto Tavares, Luzia Cristina Cortes Nogueira, Mara Cristina Choquetta, Márcio Evandro Ribeiro, Marcos Antônio Franco, Marcos Paulo Cegatti e Orivaldo Aparecido Magalhães votaram NÃO;



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

(submetido a votos, pelo Votação Nominal, em Sessão de hoje, a Câmara reprovou, por treze (13) votos contrários a três (03) votos favoráveis, o Requerimento de Adiamento nº 486/2021, do Vereador Tiago César Costa). A Sra. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM SEGUNDO TURNO** "ex-vi" **do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno** 1. Projeto de Lei no 121, de 2021, de autoria do Prefeito Municipal, "dispondo sobre o Plano Plurianual do Município de Mogi Mirim, para o período de 2022 a 2025". Para discorrer sobre a matéria, fez uso da palavra a Vereadora Joelma Franco da Cunha. Proferiu que ao passar da semana algumas situações específicas a fizeram analisar sobre tudo o que havia sido disposto da luta pelo Plano Plurianual (PPA). Incluiu que havia sido feito aos vereadores um ultraje, pois haviam trabalhado na emenda do PPA, e o Executivo trouxe uma emenda modificativa, no último dia, que derrubou seus trabalhos sem tempo de reajustes, e disse que isso foi um ato desrespeitoso do Executivo. Aclarou que suas emendas eram pequenos percentuais voltados à Políticas Públicas com crianças e adolescentes, e também para o aparelhamento do Conselho Tutelar. Expos que votaria contra o PPA, pela falta de princípios morais do Poder Executivo. Discursou, em seguida, o Vereador Tiago César Costa. Informou que no Plano Plurianual (PPA) não estava explícito quem forneceria o dinheiro que seria enviado ao aeroporto municipal. Acrescentou que na folha vinte e seis (26) do PPA, informava que se manteria onze (11) ônibus para o ano de 2022, aumento apenas um nos anos seguintes. Explicou que o transporte público estava um caos e o Sr. Prefeito, Dr. Paulo de Oliveira e Silva, havia aumentado somente um (01) ônibus. Expos que o "lixão", atrás da Faculdade de Tecnologia de Mogi Mirim (FATEC), estava ilegal, que não havia um planejamento no PPA nem verbas, para a realização de uma coleta de lixo correta, ferindo o meio ambiente. Enunciou que para imóveis de loteamentos de interesses sociais, aumentaria uma unidade



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

apenas no ano de 2022, pois os demais anos estariam zerados. Aclarou que o PPA também estava errado quando falava sobre as moradias de interesses sociais, porque não havia verba, estava zerado. Expos que pela falta de interesse aos que estavam em vulnerabilidade social e pelos erros no PPA, seu voto seria contrário. Em seguida, fez uso da palavra o Vereador Marcos Paulo Cegatti. Aclarou sobre as moradias, onde o total delas sempre seria sete (07), ou seja, não era uma soma. Mostrou, na página sessenta e oito (68), do Plano Plurianual (PPA), que havia uma estimativa para sete (07) moradias, que seria corrigida na Lei de Diretrizes Orçamentária. Discursou, em seguida, a Vereadora Luzia Cristina Cortes Nogueira. Lembrou que houve audiência sobre o Plano Plurianual (PPA), na Casa de Leis, onde todos estavam presentes e também a equipe do aeroporto municipal, portanto, todos tiveram a oportunidade de poderem ter esclarecido suas dúvidas. Aclarou que Mogi Mirim era uma cidade riquíssima e tinha um ótimo potencial para o crescimento. Exclamou que todos deveriam visar o futuro e não focar apenas na mesmice, para que houvesse a transformação de Mogi Mirim. Em seguida, fez uso da palavra a Vereadora Mara Cristina Choquetta. Aclarou que quando o Plano Plurianual (PPA) falava sobre os loteamentos de interesses sociais, isso não significava que era uma casa, mas sim, vários lotes. Reforçou que a Comissão de Finanças e Orçamentos era responsável pela avaliação de todos os projetos relacionados com dinheiro e recursos financeiros, sendo os principais responsáveis pela análise dos projetos de leis orçamentários. Aclarou que, do ponto de vista técnico, as emendas feitas ao PPA apresentavam alguns equívocos, sendo incompletas, com divergência de redação e erros nos cálculos, o que inviabilizou que as mesmas fossem aprovadas. Discursou, em seguida, o Vereador Geraldo Vicente Bertanha. Argumentou que nenhum Plano Plurianual (PPA) era perfeito, até porque se tratava de política e nada na política seria perfeito. Exclamou que o projeto era apenas uma projeção e que havia chances de dar certo, mas também de não funcionar



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

algumas coisas. Salientou que o PPA mostrava que o futuro da cidade poderia ter sido bem-sucedido. Expos que era contra a audiência pública do Vereador Dirceu da Silva Paulino, pois o projeto já teria sido votado. Neste ponto, o Vereador Tiago César Costa se sentiu ofendido com a fala de alguns vereadores, e por isso, a Sra. Presidente realizou uma votação, para que o Vereador Tiago César Costa se defendesse, o que foi reprovado por catorze (13) votos contrários a três (03) votos favoráveis. Em seguida, fez uso da palavra o Vereador João Victor Coutinho Gasparini. Mencionou que havia sido contra o projeto por redução dos valores para a educação, ausência de soluções para o Hospital Santa Casa de Misericórdia, falta de participação popular na elaboração do Plano Plurianual (PPA), entre outros tópicos relativos a Assistência Social. Aclarou que era uma lástima suas emendas não terem prosperado, haja visto que o fundo de retirada era correto. Explicou que a questão do transporte urbano era uma questão gravíssima na cidade. Ressaltou que ficava triste quando se propunha a realização de um trabalho voltado para análises corretas do PPA e não discutiam o projeto com responsabilidade. Discursou, em seguida, o Vereador Alexandre Cintra. Explicou que nesse Plano Plurianual (PPA) percebeu como a Câmara Municipal de Mogi Mirim era frágil, pois de dezessete (17) vereadores apenas três (03) apresentaram suas emendas, e isso era pouco. Em seguida, fez uso da palavra o Vereador Dirceu da Silva Paulino. Proferiu que o clima na Casa de Leis estava ruim, e que sentias muito pelo que havia ocorrido com a Vereadora Joelma Franco da Cunha. Incluiu que pode ter havido a falta de diálogo, e que se o clima na Câmara Municipal de Mogi Mirim estivesse melhor, talvez obteriam melhores resultados. Reforçou que o aeroporto municipal não era um problema, pois traria um benefício, e também informou que concordava com o Vereador João Victor Coutinho Gasparini porque com certeza haviam mais detalhes que precisavam de discussão. Salientou os benefícios que o PPA traria para o Município de Mogi Mirim. Ressaltou que na audiência pública todas as dúvidas



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

sobre o aeroporto municipal estavam sendo sanadas. Explicou que a finalidade de sua audiência pública seria explanar melhor o assunto sobre o aeroporto municipal. Exclamou que o que beneficiaria a cidade de Mogi Mirim seria o Legislativo e Executivo trabalhando em união e respeito. Discursou, em seguida, o Vereador Luís Roberto Tavares. Concordou com o Vereador Geraldo Vicente Bertanha, porque se o Plano Plurianual (PPA) fosse perfeito não haveria emendas. Argumentou que o PPA trazia muitas melhorias para a cidade de Mogi Mirim, e que se ele fosse reprovado teriam que continuar com o PPA do ano de 2017, realizando coisas que já haviam sido solucionadas. Expos que era favorável ao PPA. Em seguida, fez uso da palavra o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães. Aclarou que as comissões avaliaram perfeitamente o Plano Plurianual (PPA), e que os últimos nove (09) anos foram dramáticos, principalmente no governo do ex-Prefeito Carlos Stupp, pois houve um período de crise severa no ano 2016. Incluiu que com a pandemia Covid-19 muitos trabalhos foram atrasados e que a economia não estava estável. Discursou, em seguida, a Vereadora Lúcia Maria Ferreira Tenório. Exclamou que os vereadores não realizaram emendas por desinteresse ou desconhecimento, mas sim, análise. Salientou que o Plano Plurianual (PPA) era um plano e que todos poderiam fazer planos, mas somente o futuro diria quais deles funcionariam. Argumentou que as comissões com certeza tinham analisado muito bem o plano. Proferiu que era favorável ao PPA. Em seguida, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo. Informou que algumas legislaturas atrás se diferenciavam muito da que estava atualmente, e que o vereador se sentia péssimo, mas nunca agrediu fisicamente nem verbalmente ninguém. Pontuou que era necessário que todos respeitassem as opiniões que fossem diferentes. Parabenizou as comissões e todos os vereadores que haviam estudado e trabalhado arduamente o projeto. Ressaltou que as opiniões dos vereadores não eram ataques pessoais. Discursou, em seguida, o Vereador Ademir Souza Floretti Junior. Pontuou que havia passado seu fim de semana dando



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

explicações às pessoas sobre o porquê havia votado favorável ao Plano Plurianual (PPA), mas as pessoas não o interpretaram e parecia que os vereadores estavam votando algo ruim para a cidade, porém o PPA era de suma importância. Salientou que se o PPA fosse reprovado, isso seria um retrocesso para a cidade, mas cada um tirava suas próprias conclusões. Explicou que não havia colocado emendas no PPA porque pensou que não havia necessidade. Fez uso da palavra, Questão de Ordem, o Vereador Cinoê Duzo, para requerer, “ex-vi” do disposto no Artigo 155, VI, combinado com o Artigo 183, §2º, do RI, Votação Nominal, para o Projeto de Lei nº 121/2021, o que foi submetido a votação, pela Presidente da Câmara, e aprovado, unanimemente, pela Casa. A Sra. Presidente deu início à votação, pelo processo Nominal e, para isso, solicitou ao Sr. 1º Secretário que procedesse a chamada dos Srs. Vereadores, “ex-vi” do disposto no Artigo 183, § 2º, do Regimento Interno, os quais, um a um, dirigiram-se à tribuna e verbalizaram favoravelmente (SIM) ao projeto, ou contrariamente (NÃO) ao projeto. Após o último Vereador, o Sr. 1º Secretário proclamou o seguinte resultado: os Vereadores Ademir Souza Floretti Junior, Alexandre Cintra, Dirceu da Silva Paulino, Geraldo Vicente Bertanha, Lúcia Maria Ferreira Tenório, Luís Roberto Tavares, Luzia Cristina Cortes Nogueira, Mara Cristina Choquetta, Márcio Evandro Ribeiro, Marcos Antônio Franco, Marcos Paulo Cegatti e Orivaldo Aparecido Magalhães votaram SIM; os vereadores Cinoê Duzo, João Victor Coutinho Gasparini, Joelma Franco da Cunha e Tiago César Costa votaram NÃO; (submetido a votos, pelo Votação Nominal, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, por doze (12) votos favoráveis a quatro (04) votos contrários, Segundo Turno, o Projeto de Lei nº 121/2021, do Sr. Prefeito Municipal); (à sanção do Sr. Prefeito Municipal). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", a Sra. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada ao minuto de silêncio, pois não haveria tempo hábil para o momento reservado à "EXPLICAÇÃO PESSOAL". A Sra. Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

determinou fosse guardado um respeitoso MINUTO DE SILÊNCIO pelo passamento do senhor João Antonio Bardialle e José Segatti Sobrinho. Nada mais a se tratar, a Sra. Presidente, Vereadora Sonia Regina Rodrigues, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 22h55 do que, para constar, determinou a lavratura da presente ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.